



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº : **0294078-5**
EMBARGANTE: **CELPE – COMPANHIA DE ELETRICIDADE**
PERNAMBUCANA
EMBARGADA: **COMERCIAL TECIDOS SILVA LTDA ME**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE ACÓRDÃO COM FINALIDADE DE PREQUESTIONAR A MATÉRIA E MINORAR O VALOR DA INDENIZAÇÃO ARBITRADA. PREQUESTIONAMENTO ACOLHIDO – STJ. REDISCUSSÃO DAS QUESTÕES DE MÉRITO PARA DIMINUIR QUANTUM - INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS ACOLHIDOS APENAS PARA RECONHECER O PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA.

- Em verdade, não há o que se falar em omissão, contradição ou obscuridade na decisão deste órgão fracionário. Os presentes aclaratórios foram interpostos apenas com a finalidade consistente no conhecimento do prequestionamento da matéria. O posicionamento hodierno do STJ é no sentido de acolher o pleito em sede de Embargos de Declaração, o que, de certa forma, dentro dos ditames da lei, das súmulas e do bom senso, impõe este Tribunal a coadunar com tal inteligência, logo, é de se acolher os presentes Embargos apenas para reconhecer o prequestionamento ventilado.

- No que tange ao pleito no sentido de amainar o valor fixado a título dos danos extrapatrimoniais arbitrados, trata da reapreciação do mérito – impossibilidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de declaração nº 0294078-5, como Embargante CELPE – COMPANHIA DE ELETRICIDADE PERNAMBUCANA e, como Embargada COMERCIAL DE TECIDOS SILVA LTDA ME. Acordam os Desembargadores que compõem a PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em CONHECER o prequestionamento ventilado no presente recurso e, no resto, INACOLHER as questões de mérito suscitadas, mantendo incólume a decisão fustigada.

Recife, 26-03-2013


ITABIRA DE BRITO FILHO

- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº : **0294078-5**
EMBARGANTE: **CELPE – COMPANHIA DE ELETRICIDADE**
PERNAMBUCANA
EMBARGADA: **COMERCIAL TECIDOS SILVA LTDA ME**
RELATOR: **DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face do acórdão proferido por esta corte fracionária que manteve na íntegra a decisão monocrática desta relatoria. Tal *decisum* foi no sentido de condenar a empresa ora embargante em danos morais por suspender o fornecimento vital de energia elétrica indevidamente.

Em suas razões, a empresa ora embargante alega a necessidade do reconhecimento do prequestionamento da matéria e, não obstante, aduz ser absurdo o *quantum* indenizatório arbitrado, devendo esta corte minorá-lo.

Eis o que custa relatar.

Recife, 26-03-2013


ITABIRA DE BRITO FILHO
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PROCESSO Nº : 0294078-5
EMBARGANTE: CELPE – COMPANHIA DE ELETRICIDADE
PERNAMBUCANA
EMBARGADA: COMERCIAL TECIDOS SILVA LTDA ME
RELATOR: DES. ITABIRA DE BRITO FILHO

VOTO

Antes de adentrar na questão meritória, permito-me destacar que, em face da natureza do julgado anteriormente proferido, temos que a presente decisão deve seguir a mesma natureza da decisão desafiada, qual seja: decisão colegiada. Neste sentido, vejamos:

"Os Embargos de Declaração devem ser apreciados e julgados pelo mesmo órgão que proferiu a decisão embargada. Ao apreciar os Embargos, o órgão julgador deverá julgá-los em decisão que contenha a mesma natureza do ato judicial embargado." (Didier, Fredie. DA CUNHA. Leonardo José carneiro. Curso de Direito Processual Civil. 8ª ed. Salvador: Jus Podium, 2010, p. 201)".

Noutro giro, compulsando-se os autos, faz-se necessário ressaltar que, em verdade, não há o que se falar em omissão, contradição ou obscuridade na decisão desta Câmara. É fato inelutável que os presentes aclaratórios foram interpostos com a finalidade consistente no conhecimento do prequestionamento da matéria. Tal instituto não foi declinado na Apelação e, menos ainda, no Agravo, logo, por consequência lógica e, no singelo entender desta relatoria, inexistente ofensa ao art. 535. Todavia, o STJ se posiciona no sentido de acolher tal pleito nesta forma recursal, o que, de certa forma, dentro dos ditames da lei, das súmulas e do bom senso, impõe este Tribunal a coadunar com tal entendimento, logo, é de se acolher os presentes Embargos apenas para reconhecer o prequestionamento ventilado.

No que tange ao pleito no sentido de amainar o valor fixado a título dos danos extrapatrimoniais arbitrados, tenho que é perfeitamente consabido no mundo jurídico a vedação da reapreciação do mérito em sede de embargos declaratórios, cujo objeto



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

se restringe àquele estabelecido no art. 535 do Código de Processo Civil. Nesse sentido, é pacífica a uníssona jurisprudência do STJ, como se observa abaixo:

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. (...) 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 775241 / SP ; Rel Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Órgão Julgador; PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento 25/10/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 14.11.2005 p. 228).

Com supedâneo nas considerações retro declinadas, **conheço** o prequestionamento ventilado no presente recurso e, no resto, **inacolho** as questões de mérito suscitadas, mantendo incólume a decisão fustigada.

É o meu voto Srs. Desembargadores

26-03-2013


ITABIRA DE BRITO FILHO

- Des. Relator -